

AÇÃO, COMPORTAMENTO E MOVIMENTO

LUIZ HENRIQUE DE ARAÚJO DUTRA

*Departamento de Filosofia
Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq
lhdutra@cflh.ufsc.br*

Resumo: Este artigo procura interpretar as noções de movimento, comportamento e ação em relação umas com as outras. Primeiro, argumenta-se que o movimento é um evento nomologicamente descrito por meio de uma teoria mecânica, e seus conceitos e modelos. Igualmente, o comportamento é o tipo de evento humano (ou animal) funcionalmente descrito por meio de modelos probabilísticos que relacionam o que fazem diferentes indivíduos em circunstâncias nas quais uma descrição mecânica não é explicativa de forma relevante. Assim compreendido, o comportamento é essencialmente um fenômeno social. Finalmente, a ação é o tipo de acontecimento humano que não pode ser explicado nomologicamente. O conceito de ação defendido deste modo é, fundamentalmente, residual em relação aos conceitos de comportamento e movimento.

Palavras-chave: Mecânica. Psicologia. Teoria da ação. Davidson. Rachlin. Behaviorismo teleológico.

Abstract: This paper aims at construing the notions of motion, behavior and action in connection with each other. First, it is argued that motion is an event lawfully described by means of some mechanical theory, and its concepts and models. Likewise, behavior is the kind of human (or animal) event functionally described by means of probabilistic models that connect what different individuals do in circumstances where a mechanical description is not relevantly explicative. Viewed this way, behavior is an essentially social phenomenon. Finally, action is the kind of human occurrence that cannot be lawfully explained. The concept of action thus argued for is fundamentally residual in relation to the concepts of behavior and motion.

Keywords: Mechanics. Psychology. Theory of action. Davidson. Rachlin. Teleological behaviorism.

Podemos nos inclinar a tomar minha insistência de que a entropia é alguma coisa excluída do inventário dos conteúdos microscópicos do mundo como pura discordância verbal. Se temos os indivíduos diante de nós, suas associações, arranjo e organização estão automaticamente diante de nós. Se temos as estrelas, temos as constelações. Sim, mas se temos as estrelas, não tomamos as constelações a sério. Tornou-se a conformação costumeira da ciência, estreitamente associada às tendências materialistas, de não tomarmos as constelações a sério, até que a constelação da entropia se tornou uma única exceção. (A. S. Eddington)

INTRODUÇÃO

Em *The Nature of the Physical World*,¹ Eddington faz diversos comentários também a respeito da natureza dos eventos mentais, comparados com os eventos físicos. Ele defende uma forma de monismo que, à primeira vista, se assemelha ao monismo neutro de William James e Bertrand Russell.² Mas, de fato, Eddington critica o ponto de vista destes autores de uma forma que faz sua posição parecer próxima daquela de Berkeley. Também é patente, em passagens como aquela acima citada,³ que Eddington é um crítico do materialismo. Traduzindo seu argumento para a linguagem lógica e analítica de hoje, ele sustenta que os materialistas advogam um tipo de redução extensionalista incapaz de dar conta do que há de mais interessante e profundo em nossa concepção do mundo físico, por exemplo, a entropia. Esta última não pode ser explicada por meio das leis que explicam o comportamento dos *indivíduos* identificados pelas teorias físicas, e requer leis de outro tipo, leis irreduzíveis às primeiras.⁴

Em qualquer domínio, as teorias científicas nos permitem identificar indivíduos e suas propriedades, exatamente aquelas que postulamos para explicar as relações entre tais indivíduos. Mas, segundo Eddington,

¹ Eddington (1948 [1928]).

² Cf. James (1912) e Russell (1997 [1921]).

³ Eddington (1948 [1928], p. 106).

⁴ Eddington (1948 [1928], pp. 66ss e 107ss).

ter os indivíduos e descrever suas relações com base em suas supostas propriedades ainda é fazer uma ciência pobre. Lembremos o que ele diz: não basta que a ciência nos dê as estrelas; é preciso que ela também nos dê as constelações. Generalizando seu ponto de vista, podemos dizer que tomar as constelações a sério – quaisquer *constelações*, inclusive aquelas formadas por indivíduos humanos em sociedade – é, por exemplo, procurar compreender o indivíduo a partir do grupo. Neste caso específico, esbarramos em uma dificuldade secular das ciências humanas, aquela de transferir para o grupo as características dos indivíduos. E, assim, ou nossa explicação do indivíduo a partir do grupo é redundante, ou é viciosamente circular.

Neste texto, vamos procurar discutir esse aspecto do problema das ciências humanas, seguindo a sugestão de Eddington para as ciências em geral, mas também em relação com a concepção comum segundo a qual podemos distinguir três níveis de fenômenos no mundo: os físicos, os biológicos e os estritamente psicológicos. Respectivamente, movimento (corporal), comportamento e ação são os temas discutidos em relação uns com os outros – mas devidamente distintos – na literatura filosófica e psicológica. A este respeito, vamos seguir a concepção de Davidson,⁵ segundo a qual não há uma distinção real entre ação e movimento, e vamos procurar estender essa noção para os casos das distinções entre comportamento e ação, de um lado, e comportamento e movimento, de outro.

Davidson, como sabemos, é um dos grandes defensores de uma perspectiva intencional para explicar a ação humana. Ele é contrário a toda redução dos eventos humanos a eventos físicos ou, em outras palavras, à possibilidade de explicar a ação com base em teorias neurofisiológicas e, através destas, em última instância, a teorias físicas. Contudo, surpreendentemente, ele diz o seguinte:

⁵ Davidson (1980, ensaio 3, “Agency”).

Podemos concluir, talvez sob o choque da surpresa, que nossas ações primitivas, aquelas que não realizamos ao fazer alguma outra, meros movimentos do corpo – estas são todas as ações que há. Nunca fazemos mais que mover nossos corpos; o restante depende da natureza. (1980, p. 59)

Parafraseando a última sentença da citação acima, o que desejamos sustentar quanto às relações entre comportamento e movimento, de um lado, e entre comportamento e ação, de outro, é que nunca fazemos mais que mover nossos corpos, e que o restante *depende da sociedade*. Isso introduz uma mudança considerável de perspectiva, que pretendemos explicar abaixo.

Davidson sustenta também que descrever determinados movimentos ou descrever determinada ação – que, supostamente, coincide com eles – é apenas apresentar dois relatos diferentes do mesmo acontecimento. Se dissermos (1) Brutus matou César e (2) Brutus pegou uma adaga e a introduziu no corpo de César, etc., estaremos apenas relatando o mesmo evento duas vezes; não estaremos relatando dois eventos diferentes. Esta é uma concepção que também vamos assumir aqui. Mas Davidson, por sua vez, não concorda que comportamento e ação sejam a mesma coisa.⁶ A ação é intencional e é explicada em termos de razões (para agir) – razões que são identificadas com crenças e representações atribuídas ao agente. O comportamento, por sua vez, é explicado causalmente, embora, em alguns casos, possa ser intencional. Contra esta concepção comum na filosofia da mente e da psicologia, vamos argumentar que comportamento e ação se distinguem, ao contrário, em função de elementos dos contextos sociais nos quais eles se dão.

De maneira geral, as noções de movimento, comportamento e ação são tomadas em progressão, desde o não-intencional, meramente causal e nomológico – o movimento – rumo ao intencional, racional e não-nomológico – a ação. O movimento (corporal) é tido como um

⁶ Cf. Davidson (1980, ensaios 11-13, *passim*).

fenômeno meramente causado e não-intencional. O comportamento seria uma subcategoria de movimentos, aqueles que são ainda provocados por causas eficientes e naturais (ou neurofisiológicas, ou ambientais), e que podem também ser descritos de forma teleológica, isto é, como uma relação entre dois eventos, um dos quais é descrito como a finalidade do outro. Mas esta seria apenas uma forma de relatar os eventos, enquanto que, supostamente, o relato *mecânico* – em termos de causas eficientes – seria objetivo e descreveria relações reais entre as coisas. A ação, por sua vez, seriam aqueles movimentos que não podem ser (inteiramente) explicados em termos de causas naturais. Sua explicação aceitável residiria nas razões que o agente teria para agir. A ação também pode ser teleologicamente relatada; mas, neste caso, é o agente que escolhe o fim de sua ação, ou seja, é ele que determina a relação entre dois eventos, um dos quais é apontado como a causa final do outro. Aqui, o relato teleológico também seria objetivo, uma vez que remeteria a uma relação que está no mundo, aquela que foi estabelecida pelo agente entre sua ação e a finalidade que ele lhe conferiu.

O ponto a ser defendido neste artigo, mais especificamente, é que, em todos estes casos, podemos ter relatos ou mecânicos, ou teleológicos, isto é, ou em termos de causas eficientes, ou em termos de causas finais. Relatar um evento como movimento, ou então como comportamento, ou ainda como ação, isso depende de circunstâncias ou contextos sociais. São tais contextos que vão permitir dizer que alguns movimentos (corporais) não são apenas movimento, mas também comportamento; que outros, por sua vez, não são apenas movimento e comportamento, mas também ação.

A relação entre movimento e comportamento, por sua vez, traz outras complicações, que também têm sido discutidas por filósofos e psicólogos. Deixemos de lado o caso especial de possíveis comportamentos encobertos, que coincidiriam com determinados movimentos apenas enquanto acontecimentos no sistema nervoso central do indivíduo, ou, para simplificar, que seriam acontecimentos *dentro do* indivíduo.

Tomemos o comportamento manifesto, ou aquele que coincide com determinados movimentos corporais do indivíduo. Em princípio, a posição mais geral seria aquela segundo a qual o comportamento manifesto pode ser explicado causalmente, e talvez nomologicamente. Mas há grande discussão – por exemplo, dos cognitivistas contra os behavioristas – sobre onde devemos localizar as causas do comportamento e a natureza de suas possíveis leis. Os behavioristas em geral – por exemplo, especificamente, Skinner e seus seguidores, e os neo-skinnerianos⁷ – sustentam que o comportamento é função de variáveis ambientais, e que, portanto, as leis do comportamento associam determinados movimentos do indivíduo com as conseqüências que eles provocam no ambiente (natural ou social). Os cognitivistas negam isso, e argumentam que o comportamento é função de variáveis neurofisiológicas.⁸ Os movimentos do indivíduo apenas tornam público, e observável para os outros, aquilo que se passa em seu interior (fisicamente falando). Ambas as posições podem ser nomológicas, mas de maneiras distintas. Ambas estão em oposição à doutrina de Davidson, que não é nomológica.

Uma outra forma de apresentar o ponto a ser defendido aqui consiste em dizer que as descrições nomológica e intencional de um *acontecimento humano* também são alternativas, e que dependem de contextos sociais precisos, a saber, aqueles em que determinada concepção da natureza é defendida ou pressuposta. Implícita ou explicitamente, também é comum identificar o nomológico com o natural, e este com o material, enquanto que o não-nomológico seria o que é ideal, ou pessoal, ou talvez social. Há também uma similaridade entre a progressão que vai desde a natureza material até o indivíduo, passando pela sociedade, e aquela progressão desde o movimento até a ação, passando pelo comportamento,

⁷ Cf. Skinner (1965), (1969) e (1976); cf. também Rachlin (1994).

⁸ O cognitivismo é amplamente conhecido e debatido hoje, e é enorme a literatura a seu respeito. Contudo, para uma apresentação panorâmica, cf. Gardner (1985) e Pinker (1997).

embora não possamos simplesmente identificar o movimento com o que é material e nomológico, o comportamento com o que é social, e a ação com o que é individual e claramente não-nomológico. Mas a aproximação é, de qualquer forma, sugestiva.

A concepção a ser defendida neste artigo é a de que determinados contextos sociais permitem relatar certos movimentos como comportamento, exatamente naqueles casos em que os movimentos (corporais) exibem um padrão compreensível teleologicamente no sistema social que contém tais contextos ou circunstâncias. Do mesmo modo, são determinados contextos sociais especializados que permitem relatar determinados comportamentos como ações, exatamente naqueles casos em que o movimento ainda pode ser compreendido naquele sistema social, mas não exibe um padrão. Por fim, quando falamos dos movimentos corporais de um indivíduo – e que são candidatos a comportamentos ou ações –, não nos referimos obviamente aos acontecimentos inconscientes, vegetativos e involuntários de seu corpo, mas apenas àqueles acontecimentos voluntários, propositais e conscientes. Assim, em todos os casos, vamos tomar a expressão ‘acontecimento humano’ como geral, podendo ela, em alguns casos, ser substituída por ‘movimento’, em outros, por ‘comportamento’, e em outros ainda, por ‘ação’.

1. CAUSAS INTERNAS E CONSEQÜÊNCIAS AMBIENTAIS

Em grande medida, é supérflua a discussão entre cognitivistas e behavioristas, a que nos referimos acima. Desconsiderando o caso de possíveis comportamentos encobertos e a possibilidade de identificar certos eventos neurofisiológicos com, por exemplo, uma crença, tudo o que os indivíduos humanos fazem pode ser descrito como efeito de causas ou neurofisiológicas, ou ambientais – e, de fato, ambas. Mesmo para o behaviorista mais decidido, a mediação neurofisiológica é obviamente indispensável. E nem o cognitivista mais radical deseja negar o fato incontestável de que podemos estabelecer relações funcionais entre

determinadas respostas do indivíduo e as conseqüências ambientais dessas respostas, conseqüências que, por sua vez, influenciam o comportamento futuro e que provocam modificações no indivíduo. Mas, para o cognitivista, isso é apenas a ponta do *iceberg*, por assim dizer. Trata-se apenas daquilo que aparece de um processo neurofisiológico complexo, no qual, em última instância, o ambiente desempenha, por sua vez, apenas o papel de mediador.

Uma posição conciliadora entre cognitivismo e behaviorismo tem sido considerada por alguns, entre eles, Howard Rachlin (1989). Mas, a nosso ver, tal projeto de síntese seria supérfluo, pois, em grande medida, ele se destinaria a desfazer uma simples confusão de palavras. Não estamos negando que haja uma diferença real entre cognitivismo e behaviorismo, mas apenas sugerindo que talvez ela seja menor e menos importante do que tem parecido para quem observa a disputa entre os dois grupos. Rachlin (1994) considera que uma diferença real – metodológica – entre as duas posições é que o cognitivista busca as causas eficientes (neurofisiológicas) do comportamento, enquanto que o behaviorista, segundo ele, deve buscar suas causas finais (*i.e.*, ambientais). Em grande medida, como discutiremos abaixo, nossa posição está baseada naquela de Rachlin, mas com uma modificação importante, que é o acréscimo de um ingrediente sociológico.⁹

O behaviorismo teleológico defendido por Rachlin é uma variante neo-skinneriana revisionista e molar. Rachlin não aceita todos os pressupostos de Skinner, e um dos pontos principais em que Rachlin deseja revisar o behaviorismo skinneriano é que, para ele, a posição de Skinner não era suficientemente molar. Mas, em relação ao behaviorismo metodológico de Watson e a outras posições behavioristas anteriores, o behaviorismo radical de Skinner é, de fato, molar, na medida em que considera não apenas estímulo e resposta, mas um padrão mais abrangente, que

⁹ *Cf.* também, a este respeito, Dutra (2003).

inclui as conseqüências ambientais de uma resposta, a que Skinner se referia genericamente como *reforço*.

Contudo, Rachlin argumenta que é preciso tomar em consideração padrões maiores de comportamento, ou, em outros termos, analisar episódios de comportamento de uma forma estendida no tempo. Uma forma de interpretar isso consistiria então em falar não apenas das conseqüências imediatas ou próximas de uma resposta do indivíduo, mas de suas conseqüências remotas (ou mais distantes). Segundo Rachlin, é ao tomarmos um episódio maior de comportamento que um episódio menor, que nele se encaixa, pode então ser compreendido, assim como os movimentos de uma sinfonia podem ser reconhecidos enquanto tal porque se encaixam na sinfonia como um todo.

O segmento ou padrão maior de comportamento no qual um padrão menor se encaixa é a causa final deste, diz Rachlin. Isso significa que um padrão de comportamento deve ser compreendido com referência a um contexto social, que seria sua causa final. É neste contexto que tal padrão de comportamento pode ser explicado teleologicamente; isto é, trata-se de um padrão cuja finalidade é aquele contexto social. Voltando ao caso da sinfonia, determinado movimento é executado de tal forma pelos músicos porque ele é o movimento *x* da sinfonia *y*. É neste sentido que Rachlin identifica as explicações intencionais com as explicações teleológicas.

O behaviorismo teleológico de Rachlin é uma abordagem intencional ao comportamento manifesto, e voltaremos abaixo a comentar esse ponto, quando discutirmos a posição que desejamos defender. Por ora, voltando à questão das causas eficientes (internas) do comportamento, a hipótese de que a relação entre indivíduo e ambiente provoca no indivíduo alterações que vão, em certa medida, determinar seu comportamento futuro, não pode ser desconsiderada, embora não seja o tópico que os behavioristas desejam estudar. Este é um tema que aparece na psicologia e na filosofia tradicional. De uma forma geral, podemos dizer que a experiência nos faz adquirir crenças sobre o ambiente no qual agi-

mos, que nosso comportamento futuro neste ambiente é função de tais crenças, e que elas, por sua vez, poderiam ser interpretadas fisiologicamente como disposições adquiridas do indivíduo.

Alguns filósofos – entre eles, Davidson e Quine – identificam como uma abordagem behaviorista esse tipo de explicação da interação entre indivíduo e ambiente, que leva o indivíduo a adquirir disposições.¹⁰ A nosso ver, apesar da diversidade de doutrinas behavioristas entre psicólogos e filósofos, essa idéia não é contemplada por nenhuma teoria detalhadamente elaborada sobre a relação entre acontecimentos ambientais e as modificações internas no indivíduo que são por eles provocadas. Trata-se apenas de uma forma de dar um sentido cientificamente aceitável ao discurso sobre a idéia empirista tradicional segundo a qual a experiência nos leva a adquirir crenças, e que estas são aquilo que nos leva a agir.¹¹ Também não se trata de uma doutrina que seja contemplada por alguma teoria cognitivista relevante, na medida em que as teorias cognitivas estão, antes, interessadas em mostrar como os processos internos (neurofisiológicos) são suficientes para explicar aquilo que o indivíduo faz em qualquer ambiente, ainda que o ambiente possa ser apontado como um contexto no qual determinadas modificações internas tiveram lugar. Mas se supõe que tais modificações ocorrem não por causa do ambiente, mas em virtude de alguma característica inata do indivíduo. Na falta de um termo melhor, poderíamos chamar tal característica de *plasticidade*.

O termo ‘plasticidade’ socorre nossa ignorância de ambos os lados, cognitivista e behaviorista. Sem uma explicação mais acabada e uma teoria mais exata sobre como o ambiente provoca modificações no indivíduo, um relato de como tais modificações fazem parte das conseqüên-

¹⁰ Cf., por exemplo, Quine (1960) e, especialmente, (1974) e (1976); e Davidson (1980). Cf. ainda Dutra (2000).

¹¹ Esta é, afinal, a idéia defendida por Quine (1974, p. 4). Cf. também Dutra (2000, pp. 292-296).

cias de determinado comportamento, e assim por diante, podemos ficar com a plasticidade como uma propriedade dos indivíduos (humanos ou não), à qual atribuímos o fato de que o comportamento de um indivíduo modifica não apenas o ambiente a sua volta, mas seu comportamento futuro e, portanto, o próprio indivíduo. Ainda que o episódio futuro de comportamento, depois, possa ser explicado com base no que sabemos da constituição interna do indivíduo, sabemos – e é exatamente por isso – que, antes das modificações provocadas por determinada interação com o ambiente, aquele comportamento (futuro) que temos em conta não ocorreria. Assim, a plasticidade permitiria explicar as disposições adquiridas de que falam os filósofos acima mencionados. Ela não explica nada mais, e apenas nos faz aguardar por explicações melhores. Mas a plasticidade, tomada como expressão do limite do que sabemos do indivíduo e de seu ambiente, pode ser aceita tanto pelo behaviorista, quanto pelo cognitivista, enquanto nenhum deles nos apresentar uma teoria que possa substituir esse conceito limite, e mostrar que essa propriedade é, de fato, um fenômeno devido a determinados outros mecanismos ou estruturas.¹²

A busca por um mecanismo que explique a plasticidade seria uma tarefa para o cognitivista ou, de forma mais geral, para qualquer abordagem internalista, e talvez, mais exatamente, uma abordagem neurofisiológica. Uma vez que nossa primeira idéia intuitiva desse mecanismo talvez seja a de um conjunto de propriedades de determinadas estruturas internas que agem na presença de determinados estímulos ambientais, com base nisso, poderemos mostrar como o organismo se modifica ao sofrer determinadas influências do ambiente. Mas aqui, claramente, apenas adiamos o problema. Pois, para este mecanismo (ou estrutura, ou

¹² A distinção entre fenômenos (ou eventos), envolvendo indivíduos (ou entidades), e propriedades (dos indivíduos), que lhes permitem estar em determinadas relações, como uma distinção relativa ao desenvolvimento dos programas de pesquisa é discutida em Dutra (2001) e (2005).

conjunto de propriedades), o mesmo problema da relação entre ambiente e indivíduo pode ser colocado. E, fatalmente, algum outro termo geral virá a substituir o termo 'plasticidade', que estávamos utilizando até então, e, mais uma vez, recobrir nossa ignorância.

Esta é uma razão metodológica pela qual alguém poderia vir a abandonar uma abordagem internalista, cognitivista ou fisiológica, para abraçar uma abordagem externalista, ambientalista e comportamental. Mas nos voltarmos para estruturas *maiores que* o indivíduo, nas quais ele se encaixa, pode ser tão infrutífero quanto nos voltarmos para aquelas que estão *dentro dele* e, por assim dizer, são *menores que* ele. Daniel Dennett (1987) coloca esse problema como aquele de decidirmos entre fazer uma psicologia sub ou super-pessoal, isto é, ou explicarmos o comportamento do indivíduo como função de estruturas que estão dentro dele, ou o explicarmos como função de estruturas dentro das quais o indivíduo está. Ora, os diversos behaviorismos conhecidos são tentativas de identificar uma estrutura dentro da qual se encaixa o comportamento do indivíduo. Mas o sucesso – ou então o insucesso – deste empreendimento, como daquele da abordagem internalista, depende ainda da teoria, e não é uma questão de princípio. É a teoria desenvolvida que vai atrair a atenção dos pesquisadores do comportamento humano e convencê-los de que ela permite explicar bem tal fenômeno, que ela possui os recursos conceituais para fazer isso convenientemente.

No restante deste artigo, vamos procurar mostrar como uma abordagem externalista que venha a produzir uma teoria adequada do comportamento humano tem de levar em conta os contextos sociais e, mais exatamente, determinadas instituições. Isso coloca dois problemas que vamos discutir abaixo, e que são problemas ontológicos. Trata-se, em primeiro lugar, do estatuto ontológico das próprias instituições e contextos sociais. Via de regra, interpretamos uma instituição como uma abstração feita a partir do comportamento dos indivíduos, do que eles fazem. Podemos dizer, por exemplo, que um país adota o regime democrático (a instituição) se há, por exemplo, eleições livres nesse país. Caso

contrário, a não ser com base em fatos de valor equivalente, não vamos poder sustentar a tese de que se trata de um país democrático. Este seria um critério comportamental importante – embora não seja infalível, nem inquestionável – para darmos sentido a nossas alegações de crenças e intenções, por exemplo. Muitos filósofos e psicólogos sustentaram um critério como este, e a este ponto voltaremos abaixo. Em segundo lugar, o que as pessoas fazem, suas ações em geral, são eventos, como sustenta Davidson. Portanto, temos também que discutir, tal como este autor bem coloca o problema, se há eventos, o que nos leva necessariamente à questão de como podemos individuá-los. Aqui também é preciso apontar um critério. Começemos por este ponto.

2. EM QUE SENTIDO EXISTEM EVENTOS?

O problema da individuação de eventos – e ações – não é diferente do problema da individuação de comportamentos e movimentos. Estes também são tipos de eventos, assim como as ações. Se admitirmos que há diferença entre movimento (corporal), comportamento e ação, estamos dizendo que há (pelo menos) três tipos de eventos no mundo, dois dos quais são, como dissemos acima, tipos de *acontecimentos humanos* – o comportamento e a ação. Em contrapartida, podemos dizer que o movimento é um acontecimento meramente *físico*, num sentido geral do termo.

Nossa concepção aceita é a de que não há problemas ontológicos relevantes na individuação de acontecimentos físicos, por exemplo, o movimento. As discussões de Eddington em seu livro, a que nos referimos acima, problematizam profundamente esse pressuposto comum. Este é também um problema colocado já pelos filósofos gregos antigos, e que tem sido tomado como um simples exercício de raciocínio. O argumento é simples, contudo, e faz sentido do ponto de vista da mecânica moderna (se não também do ponto de vista de teorias posteriores, mas isso não vem ao caso). Na medida em que nossa visão mecânica do

mundo pode ser encarada como uma versão simplificada de algumas noções básicas da mecânica newtoniana, nos termos desta, o problema pode ser colocado de forma inteligível.

Suponhamos um sólido que se desloca em linha reta, por exemplo, um cubo de madeira que desliza sobre um plano inclinado (considerando que o atrito seja desprezível), ou então uma bola de bilhar rolando sobre uma mesa. Uma descrição mecânica simples desse acontecimento poderia ser feita da seguinte maneira. Adotemos uma escala temporal, tal que possamos dizer que, em correspondência com as unidades de tempo t_1, t_2, t_3 , etc., aquele sólido se encontra, respectivamente, nas posições p_1, p_2, p_3 , etc., cada uma das quais é descrita por três valores numéricos atribuídos com base em uma estrutura tridimensional que toma determinado outro objeto como origem ou referencial, e que divide uniformemente em unidades a região do espaço que contém o objeto cujo movimento vamos descrever e a própria origem que é tomada como referencial. Assim, em t_1 , o sólido está na posição p_1 , em t_2 , ele está na posição p_2 , e assim por diante. Podemos também fotografar o sólido em cada uma dessas posições. Os filmes que utilizam bonecos são feitos assim. Depois, quando o filme é exibido, numa velocidade mais alta, temos a sensação de observar os bonecos se movendo. Do mesmo modo, nosso sólido não se movimenta, pois, em cada um dos instantes do tempo que consideramos (t_1, t_2, t_3 , etc.), ele está parado em uma das posições (p_1, p_2, p_3 , etc.). Podemos dizer que ele está realmente parado porque, em cada um dos p_1, p_2, p_3 , etc., sua posição é descrita por três valores numéricos exatos, suas coordenadas espaciais. Em uma versão moderna, essa descrição poderia ser utilizada para argumentar que o movimento não existe.

O argumento faria sentido. Mas, assim como os produtores de filmes com bonecos *criam o movimento* ao passar os quadros fotográficos sucessivamente, em uma velocidade que *engana* nosso aparelho perceptivo, também os físicos têm um expediente conceitual para *criar o movimento*. Uma forma simples de fazer isso matematicamente, já que estamos supondo que nosso sólido se desloca em linha reta, é a seguinte. Dois

dos três valores que identificam cada uma das posições (os p_1, p_2, p_3 , etc.) permanecem constantes, e apenas o terceiro valor muda. Vamos indicar esse terceiro valor que é variável, em cada um dos p_1, p_2, p_3 , etc., respectivamente, por s_1, s_2, s_3 , etc. Supondo que numericamente esses valores aumentam nessa escala, subtraindo s_2 de s_1 , temos um valor que, em relação à origem ou referencial, nos dá a diferença de posição entre p_1 e p_2 . E podemos fazer isso, sucessivamente, para todas as posições. Podemos tomar qualquer posição p_n , e calcular a diferença de posição em relação a uma posição qualquer anterior a n , por exemplo, a posição m . O valor determinado deste modo pode ser indicado em símbolos da seguinte maneira: Δ_i . Supondo agora que as posições m e n são, respectivamente, as posições inicial e final daquele sólido, já que cada uma dessas posições corresponde a um dos valores da escala temporal que adotamos, podemos calcular, desde o instante m até o instante n (com base em determinado Δ_i , portanto), qual foi a taxa de mudança de posição ou diferença de deslocamento daquele sólido. Matematicamente, fazemos isso da seguinte maneira: calculamos Δ_i/Δ_t , que nos dá um número qualquer. Ao fazer isso, o físico definiu matematicamente o conceito de *velocidade*. Já que a velocidade, neste caso, é interpretada como uma diferença de posição em relação a uma diferença de tempo, supomos que, ao considerar um intervalo de tempo maior que a unidade de nossa escala, o sólido se deslocou de uma posição inicial para uma posição final.

De fato, essa descrição física do *comportamento* daquele sólido, ao introduzir a noção de velocidade, definindo-a por meio da equação $v = \Delta_i/\Delta_t$, *cria o movimento* de uma forma conceitual. A noção de movimento assim introduzida, certamente, é clara, objetiva e consistente com as noções matemáticas de tempo e espaço adotadas. Mas ela é, por isso mesmo, apenas uma *criação* conceitual. Em outras palavras, o movimento torna-se um *acontecimento físico* apenas depois de introduzido e descrito por meio de uma teoria, como aquela acima exposta. Agora podemos perguntar se faz sentido, do ponto de vista do físico, querer saber se o movimento, em si mesmo, realmente existe, isto é, enquanto fenômeno no

mundo, um fenômeno puramente físico e independente de uma descrição por meio de uma teoria, como a que apresentamos acima. Ora, essa questão será considerada inevitavelmente ingênua de um ponto de vista científico.¹³

Para o homem comum, contudo, o movimento é um fato incontestável, independentemente de uma descrição mecânica como aquela acima apresentada. E por isso o homem comum não pode compreender o problema colocado pelo filósofo antigo, e o considera apenas um quebra-cabeça conceitual. Mas esse mesmo homem comum não é capaz de nos explicar o que é um *fato incontestável*, apesar de que, além do movimento, ele nos aponte outros casos, entre eles, os corpos (macroscópicos), o comportamento das pessoas e de alguns animais, e os atos propósitos realizados por ele mesmo.

Podemos achar que o homem comum nos ajuda quando menciona os corpos, cuja existência, segundo ele, é outro exemplo de *fato incontestável*. Também é comum mesmo entre filósofos dizer que um evento seria, por exemplo, uma modificação em um corpo. Este tipo de acontecimento também era denominado *movimento* por Aristóteles. Ou seja, nossa noção de *movimento local* é apenas um dos tipos de modificações que os corpos podem sofrer. Mas não é preciso argumentar aqui que, assim como a noção de movimento, a noção de modificação também não faz sentido independentemente de uma teoria que a introduza de forma clara e consistente. Movimentos e modificações em geral são nossos primeiros candidatos a eventos ou, para ainda utilizarmos um termo menos comprometido, *acontecimentos*. E parece que não podemos identificá-los sem o concurso de uma teoria. Apenas uma teoria, como aquela pequena teoria mecânica do movimento, acima apresentada, pode nos permitir *indivíduoar* tais tipos de acontecimentos. Ao contrário, contudo, aparentemente, podemos individuar corpos facilmente.

¹³ Este é o ponto de vista geral adotado por Eddington em seu livro acima citado.

De fato, também não é assim, e a fronteira entre indivíduos e eventos ou, de forma mais geral, entre *substâncias* (no sentido aristotélico) e *acontecimentos*, não é tão nítida quanto desejaríamos. Retomando aquele ponto, poderíamos dizer, acompanhando a tradição e também, em parte, o senso comum, que *os acontecimentos são modificações nas substâncias*. Isso resolve o problema se pudermos identificar substâncias ou indivíduos independentemente de teorias. E os corpos parecem nos ajudar a fazer isso. Exemplos de corpos são mesas, cadeiras, copos, livros, seres humanos, outros animais, a terra, a lua, etc. Há, portanto, corpos muito grandes e outros que são muito pequenos. Os corpos podem ser divididos em outros menores. Se uma cadeira é um corpo que pode ser dividido, então uma de suas pernas também é um corpo, um indivíduo. E de fato é, pois podemos fazer uma experiência, e destacar uma perna da cadeira, e ambas perna e cadeira continuam existindo como corpos diante de nós (elas continuam a responder fisicamente a nossas operações sobre elas, como medi-las). E qualquer pessoa sensata dispensaria a experiência. Podemos dizer então, tomando ares científicos, que ambos esses corpos continuam a obedecer às mesmas leis da física.

Isso não é verdade para todas as divisões que podemos fazer em outros tipos de corpos. Lembremos o famoso exemplo de Eddington em seu livro, das duas mesas, a do senso comum e a da microfísica.¹⁴ Pensemos então em todas as duplicatas de objetos comuns que as ciências nos dão. Podemos cortar a perna de um cavalo, e cuidar para que ele sobreviva. Se ele sobreviver, vai continuar a ser um cavalo, embora com apenas três pernas. Mas aquela perna cortada não vai durar muito, e logo vai deixar de ser uma perna de cavalo. Mesmo que ela seja conservada, talvez em uma câmara criogênica, sabemos que ela deixa de ter as propriedades biológicas que tinha quando ainda estava ligada ao cavalo. Além disso, não podemos ir cortando o cavalo sucessivamente. Fatalmente, em

¹⁴ Cf. Eddington (1948 [1928], “Introduction”).

algum momento, ele deixa de existir como entidade biológica. Mas talvez se pegarmos qualquer objeto inanimado, possamos fazer isso, ou seja, ir dividindo esse objeto em pedaços cada vez menores, até que...

Bem, como argumenta Eddington, em algum momento, vamos passar a falar de coisas que não possuem mais as características físicas que atribuímos aos corpos macroscópicos (elas não respondem mais a nossas operações). Com esse problema os filósofos antigos também andavam às voltas. Mas o fato de podermos dividir os corpos até determinado limite, como sustenta a microfísica atual, significa que os corpos, afinal, não são indivíduos ou substâncias, mas *acontecimentos* – fenômenos envolvendo outros indivíduos. Um corpo macroscópico, como uma cadeira ou uma mesa, é então uma reunião de um grande número de acontecimentos físicos microscópicos.

Se o senso comum não nos dá uma ontologia definida e bem elaborada, uma teoria no domínio da microfísica o faz. E, de seu ponto de vista, não existem cadeiras, mas apenas as partículas que, no nível microscópico, interagem naquela região do mundo que identificamos macroscopicamente como *aquela cadeira*. Em relação à região circunvizinha à cadeira, é preciso que a ela seja uma região *ontologicamente mais densa*, isto é, que ela contenha um maior número de entidades (partículas, por exemplo) e que as relações entre estas entidades sejam mais *fortes* do que aquelas que há entre as entidades (em menor número), por exemplo, no ar que circunda a cadeira que estamos considerando. É assim que, no nível macroscópico, poderíamos considerar a cadeira como uma “entidade.” Mas, neste caso, ela é uma “entidade” ou “indivíduo” apenas por cortesia da teoria adotada. A ontologia dessa teoria nos permite identificar regiões de maior *densidade ontológica*, e conferir a tais regiões o título honorífico de

entidades derivadas. Temos aqui, em outros termos, o fenômeno da redução conceitual ou ontológica de que fala Quine, por exemplo.¹⁵

A noção de densidade ontológica a que nos referimos é ainda, contudo, ambígua. Pois a expressão pode ser tomada em dois sentidos diferentes. Podemos estar falando que uma região do mundo é mais densa ontologicamente em relação às suas vizinhanças ou porque contém um número maior de indivíduos, ou porque contém um número maior de acontecimentos. Suponhamos duas salas de uma casa, numa das quais há seis pessoas caladas e paradas (talvez dormindo), e outra na qual há duas pessoas que conversam animadamente (talvez falando daquelas da outra sala). A primeira sala é mais densa que a segunda em um primeiro sentido, porque contém mais indivíduos humanos. Mas a segunda sala talvez seja mais densa que a primeira no segundo sentido, em questão de acontecimentos humanos, já que as duas pessoas ali interagem mais. De qualquer maneira, essa noção de densidade ontológica ajuda a identificar entidades pertencentes a uma ontologia derivada de maneira vaga, como no caso da cadeira.

Em suma, identificar corpos, ou substâncias, ou indivíduos é um problema tão difícil quanto aquele de identificar acontecimentos. Nos dois casos, é preciso nos referirmos a uma teoria. É determinando a ontologia fundamental da teoria que podemos então dizer o que são entidades ou indivíduos fundamentais, e o que são acontecimentos ou relações entre eles. Pode haver alguma circularidade nisso, mas vamos supor que ela seja devida apenas ao fato – reenfatizado tanto por Quine, quanto por Davidson – de que uma teoria entra em cena sempre por inteiro, e que todas as suas noções são introduzidas coletivamente, embora possa haver definições de umas com base nas outras, mas não de forma a chegarmos a termos definidores não-definidos.

¹⁵ Cf. Quine (1969, “Ontological Relativity”). Cf. também nossa discussão em Dutra (2005), que propõe, em acréscimo ao critério de compromisso ontológico de Quine (1953), um critério de *densidade ontológica*.

Voltando à pergunta inicial dessa seção, em que sentido então podemos dizer que existem eventos? Eles existem, em primeiro lugar, como acontecimentos descritos com base na estrutura conceitual fornecida por uma teoria. Um acontecimento físico, como o movimento de um sólido, como vimos acima, pode ser considerado um *evento físico* porque é descrito de forma clara e coerente por meio de uma teoria mecânica. A noção mecânica de movimento é um evento explicável por meio daquela teoria porque pode ser definido com base em outras noções da teoria, noções mais primitivas. Isso quer dizer que não podemos dizer que há eventos físicos em geral, como o movimento, mas que, havendo uma teoria formulada, quando descrevemos com seus recursos conceituais determinado acontecimento, estamos individuando um evento. O movimento, como vimos, é um evento físico que pode ser individuado com base naquela teoria mecânica acima apresentada. Individuar um evento significa, neste caso, descrevê-lo de forma clara e consistente, segundo uma teoria.

Davidson argumenta, contudo,¹⁶ que, ao descrevermos certos eventos, como a ação intencional dos seres humanos, esse nosso uso da linguagem implica um compromisso ontológico com eventos que, neste caso, seriam indivíduos. Ou seja, nossa fala pressuporia uma ontologia de eventos, uma ontologia na qual os indivíduos ou entidades fundamentais são eventos. Para uma coisa qualquer x ser uma entidade fundamental ou indivíduo de uma ontologia, significa que x não pode ser (1) nem eliminado daquela ontologia, sob pena de deixar ela de ser a ontologia que é (extensionalmente, ela deixará de ser o que era se perder um de seus membros, pois passará a ser uma classe diferente), (2) nem ser definido ou explicado com base em outros indivíduos que pertencem àquela ontologia, ou classe de indivíduos. No primeiro caso, o nome de x deixa de ser significativo; no segundo, esse nome tem um significado meramente metafórico. Se aceitarmos esses termos da discussão – e eles são aceitá-

¹⁶ Cf. Davison (1980, *passim*).

veis –, então as condições (1) e (2) acima são critérios para identificarmos entidades inferidas e, por exclusão delas, as entidades fundamentais de uma teoria. Em outros termos, temos aí critérios para identificarmos, ainda que como *resíduos ontológicos*, as entidades de uma ontologia, em oposição aos fenômenos ou relações entre elas. Mas não explicamos necessariamente, contudo, por que tais relações são possíveis. Vejamos.

Segundo tais critérios, em nossa pequena teoria mecânica acima exposta, a velocidade e, portanto, o movimento, são fenômenos. Quais seriam, naquele caso, as entidades fundamentais? Como seria a ontologia daquela teoria? Grosso modo, podemos dizer que, entre outras coisas, extensionalmente, a ontologia daquela teoria contém sólidos, tempo e espaço. Esses são os termos não-definidos com base nos quais definimos os outros, como velocidade e movimento. Mais especificamente, espaço e tempo são indispensáveis para definirmos matematicamente a velocidade. Em um sentido mais amplo, mas ainda eminentemente ontológico, a noção de movimento também pode ser definida se acrescentarmos a noção de corpo, o sólido de que falávamos. (De fato, na física clássica, fala-se de ponto de massa, e, deste modo, uma noção equivalente e mais sofisticada – aquela de massa – é introduzida.) Assim, segundo essa teoria, o tempo, o espaço e os corpos são entidades, e a velocidade e o movimento são fenômenos. Mas como aquela pequena teoria é uma estrutura simplesmente matemática, ela não permite explicar por que tais entidades provocam esses fenômenos, ou seja, por que tais entidades podem estar nessas relações que são descritas pela teoria.¹⁷

¹⁷ Tanto em relação à mecânica newtoniana, quanto em relação à teoria da relatividade, Eddington (1948) argumenta que a gravitação é descrita matematicamente pela teoria, mas que a explicação da gravitação é um ingrediente acrescido e independente da teoria. Aceitar a descrição matemática não implica necessariamente aceitar a explicação que lhe é acrescentada. Eddington se refere à famosa máxima de Newton: “*hypotheses non fingo*” tão controvertidamente interpretada, em diversos sentidos, por tantos filósofos da ciência, desde os dias do próprio autor.

Aquela teoria nos dá no máximo algumas noções matemáticas e as leis (equações) que podem ser formuladas com elas. Assim, ela explica certos fenômenos, como o movimento, apenas em um sentido meramente descritivo. Para dar outras explicações, seria preciso fazer algum acréscimo ontológico. Isso pode ser feito na medida em que, com base nas relações entre as entidades fundamentais de uma teoria, atribuímos propriedades a essas entidades. Por exemplo, na mecânica clássica, dado o fenômeno de gravitação, atribuímos à massa a propriedade de atração (gravitacional). Em nossa pequena teoria mecânica do movimento, acima exposta, não chegamos a isso. Não era preciso. De qualquer forma, a discussão deste ponto leva à conclusão de que uma teoria se torna explicativa de uma forma mais interessante e robusta, e não apenas matematicamente descritiva, quando acrescentamos propriedades às entidades. Mas as propriedades fundamentais das entidades de uma teoria são postuladas com base nas relações entre aquelas entidades – relações que a teoria permite descrever.

Tais propriedades postuladas dão mais vigor explicativo à teoria, e procuram satisfazer nossa curiosidade e, ao mesmo tempo, socorrer nossa ignorância. A propriedade de atração, atribuída à massa na mecânica clássica, torna a teoria mais interessante, mas não é algo que se possa provar com base nas descrições da teoria. Ela apenas nos socorre em nosso desejo de explicar ainda mais os fenômenos descritos, além de simplesmente descrevê-los. Mas de que forma ontologicamente relevante a propriedade postulada enriquece a coleção de entidades de uma teoria? De nenhuma forma. A propriedade atribuída a uma entidade daquela ontologia, se é clara e objetiva, e não algum poder misterioso, é inferida a partir das relações que essa entidade tem com outras, que é aquilo que a teoria descreve com base em sua ontologia fundamental. Assim, a inclusão de propriedades tem um ar de circularidade. Não cremos que seja uma circularidade viciosa, que possa fazer ruir a teoria. Ela é apenas sinal de que as propriedades possuem um papel meramente heurístico, e que, a rigor, ontologicamente, são dispensáveis.

Voltando ao ponto de Davidson, identificar os indivíduos ou entidades que compõem uma ontologia (de determinada teoria) é algo que está, obviamente, implícito quando, utilizando a teoria, descrevemos determinados fenômenos. Mas, indo adiante, quando falamos de ações humanas, por exemplo, isso implica que estamos necessariamente comprometidos com a existência de eventos, como indivíduos ou as entidades básicas de uma ontologia? Cremos que não necessariamente. Isso depende da teoria que empregamos para falar de tais ações humanas. Em um primeiro sentido do termo, os *eventos* são, por exemplo, relações entre entidades; eles são, portanto, acontecimentos ou fenômenos. Neste sentido, como vimos, uma teoria só nos compromete com a existência de eventos enquanto indivíduos se os utilizarmos efetivamente como entidades fundamentais de uma ontologia com base na qual vamos explicar outros acontecimentos.

Contudo, nos parece que, em sua argumentação, Davidson quer conferir um outro sentido – irreduzível – ao termo evento, que seria primitivamente ontológico. Se este é o caso, então, ao adotar a mesma postura de Quine, Davidson estaria duplicando o problema do compromisso ontológico. Ao utilizarmos a linguagem de uma teoria, nos comprometemos com sua ontologia em um sentido trivial, e apenas isso é forçoso. Nenhuma implicação ontológica *transteórica* existe, como a insistência de Davidson sobre a individuação de eventos parece sugerir. Em outras palavras, uma ontologia de eventos existe apenas quando uma teoria introduz e descreve determinados eventos. E, neste caso, como negar que, ao adotarmos a teoria, estamos falando *daqueles* eventos? O compromisso ontológico aqui é certamente forçoso, mas porque é absolutamente redundante, já que o fato de adotarmos uma teoria não implica que sua ontologia corresponda a coisas no mundo.

3. EM QUE SENTIDO EXISTEM ACONTECIMENTOS HUMANOS?

A resposta que demos à questão da seção precedente pode ser aplicada também à questão ora colocada. Ou seja, existirão acontecimentos humanos se houver uma teoria que os descreva enquanto tal. Já que estamos aceitando, para efeito de argumentação, os termos gerais nos quais esse problema tem sido colocado pelos mais diversos autores, podemos dizer que o comportamento humano e a ação existirão se houver uma teoria do comportamento ou uma teoria da ação com base na qual possamos descrever o comportamento humano ou a ação, de forma equivalente àquela que vimos acima para o caso do movimento.

O corpo humano pode ser objeto de uma descrição meramente física. Neste caso, temos uma complicada aplicação de uma teoria mecânica. Mas, para os propósitos teóricos fundamentais da mecânica, o corpo humano seria um modelo muito complicado. Bolas de bilhar e planos inclinados desempenham um papel mais adequado para os objetivos daquela investigação. Numa teoria fisiológica, contudo, o corpo humano pode ser um modelo valioso, e realmente foi no desenvolvimento da fisiologia experimental ao longo do século XIX. De fato, foi a experimentação – inclusive *in vivo* – com outros animais superiores (alguns mamíferos, por exemplo, cães, coelhos, etc.) que deu base para os primeiros modelos fisiológicos, que foram estendidos para a espécie humana. Mas foi, obviamente, o modelo fisiológico humano que se tornou o foco das atenções dos fisiologistas desde então.¹⁸

Numa teoria do comportamento ou da ação, as pessoas humanas podem também ser bons modelos. E também aqui os modelos de comportamento animal foram fundamentais no desenvolvimento da psicolo-

¹⁸ Alguns dos problemas ontológicos aqui discutidos, em especial, aqueles relativos ao realismo científico, são discutidos também em Dutra (1999) a propósito da fisiologia experimental de Claude Bernard, o pai da fisiologia moderna.

gia experimental. De qualquer modo, o uso de modelos é apenas um expediente de teste e compreensão dos conceitos da teoria; e são estes, afinal, o que mais importa. Assim como o modelo de um sólido que se desloca em linha reta é um caso instrutivo para apresentarmos uma teoria mecânica, tomar um episódio de comportamento ou ação de uma pessoa pode ser igualmente útil, mas desde que tenhamos os conceitos adequados com os quais vamos descrever o caso apresentado pelo modelo de maneira clara e consistente. A questão é se estamos em posição de apresentar conceitos com tal conformação no caso de uma teoria do comportamento humano, ou de uma teoria da ação. Ora, há exemplos conhecidos, obviamente. E talvez só falte a tais teorias alcançar um acordo suficientemente abrangente dos pesquisadores, como ocorreu no caso da física em diversas de suas disciplinas, sendo a mecânica exatamente o caso exemplar. Mas é exatamente dessa possibilidade que a história da psicologia científica no século XX nos faz duvidar.

Suponhamos então uma teoria rudimentar de acontecimentos humanos. Suponhamos que uma pessoa seja exposta a determinadas circunstâncias nas quais há estímulos que lhe são oferecidos, circunstâncias sobre as quais ela age, o que significa, em certa medida, modificar as próprias circunstâncias. Suponhamos então uma pessoa que vá comprar um cafezinho em uma máquina automática, num local público onde há, por exemplo, duas dessas máquinas. A pessoa introduz uma moeda e seleciona a opção *café sem açúcar*. Na próxima vez em que essa pessoa for comprar outro cafezinho, ela se dirigirá à máquina ao lado daquela primeira, e fará a mesma escolha. Contudo, desta vez, o café vem com açúcar. Nessas circunstâncias, qualquer um de nós poderia apostar que, na terceira vez em que essa pessoa for comprar um cafezinho, ela vai se dirigir de novo à primeira máquina, e não à segunda.

Poderíamos agora complicar esse experimento imaginário de muitas maneiras, mas, para ficarmos ainda no caso mais simples (lembramos do plano inclinado sem atrito), vamos supor apenas que, nas próximas tentativas de obter um café sem açúcar nas duas máquinas, na grande

maioria dos casos, a primeira máquina responda adequadamente, e que a segunda responda de forma inadequada na grande maioria dos casos, isto é, fornecendo café com açúcar. É óbvio também, como ocorreria com qualquer um de nós, que a pessoa em questão vai tender a procurar a primeira máquina e a evitar a segunda; e que, além disso, se refletir sobre esses acontecimentos, ela vai também levantar a hipótese de que a segunda máquina tem um defeito qualquer, que talvez não se manifeste todas as vezes, mas que se manifesta na maioria delas. Não conhecendo a constituição interna dessas máquinas, a pessoa não sabe dizer por que, em determinadas circunstâncias, aquela máquina funciona mal. Mas isso é irrelevante. De qualquer forma, o que interessa é que, sem tomar conhecimento de quaisquer hipóteses que a pessoa levantou sobre o funcionamento e a constituição interna daquelas máquinas, qualquer um de nós, se observasse esses acontecimentos, poderia descrever o que aquela pessoa faz em função do comportamento das máquinas de café.

Estes episódios do comportamento daquela pessoa podem ser descritos matematicamente de forma simples. Temos de considerar invariáveis, neste caso, alguns elementos daquele contexto, como obter café sem açúcar ou com açúcar, elementos aos quais podemos atribuir respectivamente os valores 1 e 0. Suponhamos uma série de tentativas de ter o valor 1 na máquina A, que seria assim representada: $a_1, a_2, a_3, \dots, a_n$. E, do mesmo modo, podemos representar as tentativas de ter o valor 1 na máquina B: $b_1, b_2, b_3, \dots, b_n$. Podemos dizer intuitivamente que a probabilidade de sucesso em ter o valor 1 em um episódio a_i qualquer é maior que a probabilidade de sucesso em ter o valor 1 em um episódio b_i qualquer. E isso pode ser representado da seguinte maneira:

$$(1) p(1, a_i) > p(1, b_i),$$

sendo p a probabilidade de um evento dado outro, e sendo que '1', na fórmula acima, representa o evento de ter o valor 1 ao operar a máquina,

isto é, o evento de ter café sem açúcar, isto é, o objetivo considerado pelo sujeito como bem sucedido.

Contudo, o que desejamos representar é a probabilidade de que a pessoa opere a máquina *A* em vez da máquina *B*. Como os índices '*a*' e '*b*' representam os episódios de operação das respectivas máquinas por aquela pessoa, ou seja, suas tentativas de obter o valor *1* em cada uma delas, podemos também representar a probabilidade de que aquela pessoa vá operar a máquina *A* em vez da máquina *B* da seguinte maneira:

$$(2) p(a, X) > p(b, X),$$

sendo que *X* representa a pessoa em questão, e *p* representa a probabilidade da ocorrência de uma operação de uma das máquinas por aquela pessoa. Em resumo, podemos dizer que se é o caso o que expressamos na fórmula (1), então é o caso o que expressamos na fórmula (2); e assim temos:

$$(3) [p(1, a) > p(1, b)] \rightarrow [p(a, X) > p(b, X)].$$

Ora, esta é uma das maneiras pelas quais podemos representar a *lei do efeito*, formulada em termos intuitivos pela primeira vez por E. Thorndike. Em seus termos intuitivos, o que essa lei diz é que, ao longo do tempo, aumenta a probabilidade de se repetir um comportamento premiado. A lei descreve, portanto, um padrão de comportamento. E é isso o que a pequena teoria acima exposta permite fazer. Ela introduz a noção de comportamento a partir daquelas de estímulo e resposta ou, nos termos do modelo acima, a partir da noção de operação de uma máquina por um agente.¹⁹

¹⁹ Não há espaço aqui para discutirmos detalhadamente este ponto, mas essa interpretação da lei do efeito permitiria rebater a parte mais essencial das críticas de Dennett (1978, caps. 1 e 4) a Skinner e aos behavioristas em geral.

A questão que permanece é se o modelo de comportamento descrito acima e a teoria correspondente pressupõem a existência de indivíduos e propriedades, e possivelmente a existência de acontecimentos humanos, isto é, episódios de ação ou comportamento. É claro que, fisicamente falando, a operação das máquinas de café por aquela pessoa pode ser descrita mecanicamente. Mas não é isso o que nos interessa. Pois desejamos saber como relacionar o comportamento daquela pessoa com os comportamentos das máquinas. E, para esse tipo de relação funcional que nos interessa, os modelos mecânicos não ajudam. Os indivíduos no modelo acima exposto são *A*, *B*, e *X*, as duas máquinas e a pessoa. Mas não se atribuiu a eles nenhuma propriedade. Apenas foi dito que há uma associação entre o comportamento de *X* e o valor *1*, isto é, que *X* opera as máquinas de forma a obter café sem açúcar. E também foi dito que a máquina *A* responde a esse estímulo mais apropriadamente que a máquina *B*. A constituição interna e quaisquer propriedades dos indivíduos *A*, *B*, e *X* são desconsideradas.

É verdade, por outro lado, que também foi dito que a probabilidade da ocorrência de um evento-tipo (*1*) é maior que de outro (*0*), isto é, que a operação bem sucedida de *X* sobre *A* é mais provável que a de *X* sobre *B*. Isso significa, como Davidson insistiria, que estamos pressupondo a existência de eventos individuais, além de nossos indivíduos *A*, *B*, e *X*? Em outras palavras, os termos '*1*' e '*0*' denotam indivíduos? Mas, no modelo acima, *1* e *0* são valores, isto é, eles se aplicam a funções que correlacionam os comportamentos dos indivíduos *A*, *B*, e *X*. Qualquer compromisso ontológico neste caso é semelhante ao de qualquer outro no qual empregamos a matemática. E não é esse ponto que está sendo

A idéia, contra o que Dennett argumenta, é que uma lei como esta (a do efeito) não relaciona operações físicas exatamente descritas, mas padrões de operação, com variabilidade suficiente, de forma a poderem ser também classificadas como ações.

discutido, e sim se há aqui a pressuposição de existência de eventos, isto é, episódios de comportamento ou ação.

Mais uma vez, isso não seria o caso, não mais e nem menos, do que quando falamos de episódios descritos pelas leis da mecânica. A única diferença neste caso é que as leis da mecânica não descrevem os acontecimentos apropriadamente – e este é um ponto no qual Davidson tem razão. Elas não servem para introduzir as noções de comportamento, do mesmo modo como servem para introduzir aquela de movimento. Descrevemos os acontecimentos relativos ao modelo acima, e introduzimos a noção de comportamento, com base em outras leis, embora sejam leis probabilísticas. Com isso Davidson não concordaria, ou seja, ele diria que tais generalizações empíricas sobre o comportamento não são leis causais estritas genuínas. Mas não estamos procurando aqui leis causais estritas, como aquelas que talvez ocorram na mecânica (talvez na mecânica clássica apenas). Procuramos relações funcionais que possam ser expressas matematicamente. E isso pode ser feito em relação ao comportamento e à ação.

O modelo acima apresentado pode ser estendido a muitas situações ordinárias simples de relações entre os próprios indivíduos humanos. Ele se aplica a todas aquelas situações em que temos observações do comportamento dos indivíduos, mas não temos acesso às razões que eles próprios alegariam para explicar aquilo que estão fazendo. Como pressupomos que sempre podemos ter acesso a tais razões, podemos achar o modelo inadequado. Como não temos acesso a possíveis razões que os animais teriam para fazer o que fazem, achamos que, em seu caso, o modelo é adequado via de regra, sobretudo porque não acreditamos que eles, assim como planos inclinados e bolas de bilhar, possam possuir razões para agir. Mas nada disso elimina o fato de que o modelo descreve episódios de comportamento de uma maneira que os modelos mecânicos não podem fazer. Assim, de um lado, uma teoria mecânica do movimento é inadequada para descrever e explicar a ação humana, e, de outro, podemos dizer que há acontecimentos humanos, como compor-

tamento e ação, pois há uma teoria e seus modelos que descrevem e explicam tais acontecimentos.

Esta não é, sem dúvida, a resposta que Davidson deseja dar àquela pergunta inicial desta seção. Para ele, há acontecimentos humanos, assim como eventos em geral, como indivíduos, o que é forçosamente, segundo ele, pressuposto pela teoria que deles trata. Vimos que não é assim nem no caso do modelo mecânico, nem naquele do modelo comportamental. Tanto o movimento, no modelo mecânico, quanto o comportamento, no modelo comportamental, são fenômenos introduzidos pela descrição da teoria.

4. EM QUE SENTIDO EXISTEM AÇÕES?

Nossa argumentação da seção precedente visava mostrar que existem acontecimentos humanos, alegando dois fatos. Primeiro, os modelos mecânicos que descrevem o movimento não relacionam indivíduos como pessoas e máquinas da forma adequada, tendo em conta nossa compreensão inicial ou intuitiva do tipo de relação que haveria entre tais indivíduos, e que descrevemos ao falarmos do comportamento como um tipo de movimento que não segue leis mecânicas, embora possa também ser descrito como movimento pelas leis da física. Segundo, existem acontecimentos humanos – envolvendo, de um lado, pessoas (seres biologicamente humanos), e, de outro, outros indivíduos (que podem ser máquinas, animais e outros seres humanos) – porque há uma teoria que permite descrever tais acontecimentos, introduzindo, por exemplo, a noção de comportamento a partir de outras noções primitivas da teoria.

Nesta seção, vamos argumentar que o tipo de modelo do comportamento apresentado na seção anterior é eminentemente social. Vamos distinguir tipos diferentes de modelos sociais, que relacionam indivíduos humanos entre si e com outros indivíduos. Além dos modelos do comportamento, há também os modelos da ação. Ambos os modelos são intencionais ou, mais especificamente, descrevem o comportamento em

termos teleológicos. Contudo, os modelos do comportamento descrevem acontecimentos humanos tipicamente reprodutíveis, que podem ser preditos em termos probabilísticos, como no modelo da seção anterior.

Todavia, os modelos da ação descrevem acontecimentos humanos que podem se reproduzir, mas que não são tipicamente reprodutíveis e preditíveis. Os modelos da ação não permitem predições da ação futura, mas apenas retrodições da ação passada. Em ambos os casos, seja dos modelos do comportamento, seja dos modelos da ação, temos de tomar em conta contextos sociais. Mas, no primeiro, falamos de eventos reprodutíveis em determinado contexto social e, no segundo, de eventos compreensíveis em determinado contexto social, mas cuja ocorrência não pode ser descrita nomologicamente.

Isso não significa, contudo, que, em princípio, como argumenta Davidson, tais eventos não possam ser descritos nomologicamente, mas apenas que, até o momento, considerado aquele contexto social que enfocamos e no qual encontramos aquele evento e a teoria que o descreve, ele não é considerado um acontecimento nomologicamente reprodutível, isto é, não conhecemos a seu respeito nenhuma lei. Mas podemos vir a conhecer. Assim, em outras palavras, chamamos de *comportamento* o acontecimento humano que pode ser predito, e de *ação* aquele acontecimento humano que *ainda* não pode ser predito, mas que pode ser explicado com base em elementos do contexto social. Não temos razões para acreditar que o mesmo evento vá se repetir, dadas as mesmas condições sociais. Mas podemos compreender por que ele se deu naquelas condições sociais nas quais teve lugar.

As expressões ‘condições sociais’ e ‘contexto social’ podem sugerir, entretanto, que estamos falando de estruturas sociais amplas, ou mais abrangentes. Não necessariamente. Falamos de um contexto social também nas condições mínimas nas quais há um indivíduo humano (biologicamente identificado enquanto tal) em relação com quaisquer outros indivíduos, sejam eles outros indivíduos humanos, sejam animais de outras espécies, sejam máquinas, como no modelo da seção anterior.

Como no caso do modelo da seção anterior, temos um contexto social quando as relações entre os indivíduos são descritas por meio da introdução de noções que não são nem físicas, nem biológicas, mas comportamentais. Como vimos no modelo da seção anterior, não são noções físicas que explicam e descrevem adequadamente por que aquela pessoa opera mais uma das máquinas que a outra. Se juntarmos dois animais de mesma espécie (inclusive da espécie humana) e de sexos diferentes e, depois de algum tempo, aparecer um terceiro, produzido por eles, não precisamos de uma teoria comportamental e social para explicar isso. Há teorias e modelos biológicos que o fazem suficientemente bem. Mas se juntamos diversos indivíduos humanos, de ambos os sexos, e depois de certo tempo, constataremos que eles formam determinados casais em vez de outros, uma teoria biológica é insuficiente para uma explicação aceitável e convincente. De fato, muito provavelmente, em nenhum domínio hoje, temos teorias capazes de explicar esse tipo de acontecimento humano, se se trata de uma situação real. Isso não impede, contudo, que possa haver modelos para as situações mais simples.

Suponhamos que, depois do naufrágio de um transatlântico, em uma ilha até então deserta, encontremos um grupo de homens e mulheres de duas línguas maternas diferentes. Suponhamos que eram eles todos solteiros, e que, em sua convivência a partir de então, eles venham a formar casais que, na grande maioria dos casos, são de pessoas da mesma língua, e independentemente de raça, idade, profissão, escolaridade, credo, características físicas pessoais, etc. Esta é uma situação comportamental muito mais complexa que aquela do modelo da seção anterior. Mas mesmo aqui podemos explicar o comportamento dessas pessoas recorrendo a um elemento social básico: a língua. Podemos tomar a língua como instituição ou fator social com base no qual explicamos a formação de casais naquele grupo. Descrevemos isso como função desse elemento do contexto social que é a língua. E descrevemos o fenômeno de forma probabilística, isto é, dizendo que, nesse tipo de contexto so-

cial, o comportamento das pessoas tende a ser função de variáveis sociais, como ter a mesma língua materna.

O que aquele contexto social possui de peculiar é o fato de que estão inoperantes, naquele contexto da ilha, outras instituições sociais que, nos contextos sociais ordinários do dia a dia, determinam o comportamento dos indivíduos. A língua é, contudo, uma instituição social que continua atuando mesmo naquele tipo de contexto. Se, em uma situação real, em um contexto tal como esse, as coisas se passarem como em nosso experimento imaginário, então, dadas outras situações semelhantes a ela, podemos prever o comportamento das pessoas no que diz respeito à formação de casais. Assim, ainda que probabilística, essa abordagem é nomológica. Mas, pelas mesmas vias, não explicamos as exceções a essa regra, ou seja, os casos de baixa probabilidade que, de fato, ocorrerem. Para isso, seria preciso buscar outras variáveis sociais, e esta busca pode ser infrutífera.

Suponhamos então, naquela mesma ilha, um casal que se formou independentemente de ter a mesma língua, profissão, raça, etc. Suponhamos que não haja nesse contexto nenhum elemento social que permita descrever o comportamento dessas duas pessoas. Já que o modelo que estamos idealizando é externalista e social, não estamos pressupondo a interferência de variáveis emocionais ou no domínio da psicologia pessoal. Estas são outras possibilidades de explicação em outros modelos, mas não neste. E, neste caso, se não temos variáveis sociais em função das quais possamos descrever o que aquelas pessoas fazem, então dizemos que aquele casal se uniu porque assim decidiu, ou, mais exatamente, porque cada um dos dois indivíduos assim decidiu. E aqui descrevemos o que eles fizeram não como comportamento, mas como ação.

Na perspectiva de Davidson e outros defensores da abordagem intencional, como Dennett, isso significaria que estamos atribuindo a esse dois indivíduos razões para agir tal como agiram e, conseqüentemente, atribuímos a eles crenças, volições, etc. Mas essas noções não podem ser definidas na teoria que estivemos considerando. Como então,

neste caso, podemos explicar o que as duas pessoas fizeram? Vejamos bem que a questão não é se, em uma situação real semelhante a esta, efetivamente teríamos uma explicação social a dar para o que aquelas duas pessoas fizeram; mas se, mesmo desviando do padrão nomológico daquele contexto social, ainda assim, naquele contexto, o que elas fizeram poderia ser descrito por meio de noções apenas sociais. Assim, o que estamos querendo saber é se determinadas contingências sociais permitem compreender o que as pessoas fazem, mesmo que isso se desvie do comportamento padrão de determinado contexto social. Mais uma vez, o que queremos saber é, por exemplo, por que aquelas duas pessoas se uniram sem ter a mesma língua materna quando esse era o padrão de comportamento do grupo a que elas pertenciam.

Dar uma explicação deste tipo – e que não recorra a variáveis internas, mentalistas ou fisiológicas – consiste em apontar circunstâncias possíveis naquele contexto social, circunstâncias com as quais o que aquelas duas pessoas fizeram é compatível. É claro que, como é usual na vida real, se for possível entrevistar as pessoas e se confiarmos no relato que elas dão de suas próprias ações, então nos dispensaríamos desse trabalho. Há circunstâncias reais nas quais não podemos contar com tais relatos dos próprios agentes, como, por exemplo, quando consideramos acontecimentos históricos e desejamos compreender por que certas personagens históricas fizeram o que fizeram. Por que, por exemplo, César cruzou o Rubicão? A resposta usual é intencional: para conquistar Roma. Mas ela é intencional, neste caso, porque costumamos atribuir razões, crenças, volições e intenções aos agentes humanos. Mas podemos dizer, retrospectivamente, que César cruzou o Rubicão para conquistar Roma mesmo sem lhe atribuir a intenção de fazer isso. Depois de conquistar Roma, o evento de César cruzar o Rubicão pode ser relatado teleologicamente como um evento dirigido para o evento de César conquistar Roma.

Quando dizemos retrospectivamente que um evento se dirigiu para outro, este relato ainda é intencional, mas num sentido puramente

externalista. A conquista de Roma por César é um evento social que pode ser tomado como a causa final de César cruzar o Rubicão, o evento para o qual aquele outro é dirigido. O mesmo vale para aquelas duas pessoas de nosso experimento imaginário se dissermos, também retrospectivamente, que elas formaram um casal para ter filhos bilíngües – depois que eles tiverem filhos bilíngües. A objeção que podemos fazer é que esta é uma explicação *ad hoc*. Mas toda explicação não-nomológica é *ad hoc*. Nossa explicação não é mais *ad hoc* do que a explicação intencionalista usual, como o tipo defendido por Davidson e Dennett, segundo a qual o indivíduo age em virtude de razões. Ela é *ad hoc* apenas de uma maneira diferente. A explicação de Davidson, segundo ele mesmo, é causal porque aponta a ação do agente como o início de uma nova cadeia causal, nos mesmos moldes de Kant. A ação do agente é uma causa eficiente de determinadas modificações no ambiente. E nossa explicação difere desta apenas porque evoca causas finais, em vez de causas eficientes, para explicar os mesmos acontecimentos.

A questão é apenas se podemos apontar em um contexto social mais amplo a causa final de determinado acontecimento humano. Se pudermos fazer isso e, mesmo assim, o acontecimento humano de que estamos tratando não for preditível, mas ainda for compreensível, ainda que retrospectivamente, naquele contexto, então teremos um caso de ação. A ação é o acontecimento humano que pode ser descrito teleologicamente em determinado contexto social, enquanto o comportamento é o acontecimento humano que, no mesmo contexto social, pode ser descrito teleológica e nomologicamente.

Esta perspectiva é equivalente àquela de Davidson não apenas pelo fato de substituir as causas eficientes por causas finais na descrição dos acontecimentos humanos. Ela é equivalente também porque, em lugar da relatividade ontológica em relação a uma teoria e a uma forma de linguagem simplesmente – mais especificamente, aquilo que é comportamento ou ação é relativo também aos contextos e sistemas sociais. Ou seja, a distinção entre tipos diferentes de acontecimentos humanos – compor-

tamento ou ação – é possível na dependência de uma teoria que descreva determinado contexto social.

CONCLUSÃO

A conclusão a que somos conduzidos pelas considerações precedentes pode parecer um tanto decepcionante, na medida em que essas considerações, de certo modo, se acomodam a nossas intuições comuns e a determinadas noções do senso comum, além das quais desejaríamos ir em uma investigação no domínio da psicologia filosófica. Essa conclusão é que, de certo modo, a noção de comportamento é residual em relação àquela de movimento, e que, por sua vez, a noção de ação é residual em relação à noção de comportamento.

Esta é uma forma simplificada de resumir as considerações acima, mas que guarda certa correção quanto a elas – e ao senso comum que elas desejam também recuperar. Mas tais conclusões não teriam qualquer valor como reflexões no domínio da filosofia da mente se não se distanciassem em parte das noções comuns, uma vez que, forçosamente, todo empreendimento científico ou filosófico o faz. Esse distanciamento se reflete na explicação que podemos dar para essa estratificação residualista das noções de movimento, comportamento e ação. Elas dependem de teorias e de seus modelos, e não de estipulações, seja do senso comum, seja da psicologia filosófica que decidirmos adotar.

As teorias físicas e seus modelos nos dão uma imagem clara e consistente do que pode ser considerado movimento, no mundo que elas descrevem – e que, em parte, coincide com nosso mundo comum da experiência ordinária. As teorias comportamentais, do mesmo modo, junto com seus modelos, nos dão uma imagem clara e consistente do que pode ser considerado comportamento, no mundo de relações entre indivíduos biológicos ou mecânicos que elas descrevem não fisicamente, mas comportamentalmente. As teorias filosóficas da ação – e devemos nos dar conta de que só temos teorias da ação desse teor – se encarregam

daqueles casos em que, fatalmente, as teorias do comportamento não podem dar conta – ou não se sentem a altura de fazê-lo.

Assim é que a ação entra em nossas considerações, até hoje, como uma categoria residual, embora talvez não precisasse ser apenas isso. O aspecto programático, e talvez mais otimista, deste texto, consiste em apontar para a possibilidade de teorias sociais da ação, que a tornem não meramente uma categoria residual, mas um conceito operativo, com papel claramente definido por uma teoria social e seus modelos. Uma teoria da ação, para voltarmos à citação inicial de Eddington, mais uma vez em analogia com a situação da física que ele aponta, tem de levar em conta necessariamente a sociedade, unicamente na qual a ação pode ter lugar. E a isso sobretudo se dirige o argumento da seção precedente, segundo o qual há certa residualidade da noção de ação em relação à de comportamento. Pois é nos contextos sociais que podemos encontrar as condições da ação, que não são meramente comportamento. O comentário de Eddington adquire então o tom de uma máxima que se aplica a toda tentativa de dar conta cientificamente de determinados fenômenos no mundo que nos rodeia, sejam eles do movimento, do comportamento, ou da ação. Eles assim serão quando tivermos a teoria adequada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVIDSON, D. *Essays on Actions and Events*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- DENNETT, D. *Brainstorms. Philosophical Essays on Mind and Psychology*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1978.
- _____. *The Intentional Stance*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1987.
- DUTRA, L.H. de A. “Réalisme et Fictionalisme chez Claude Bernard.” *Dialogue*, XXXVIII, pp. 719-742, 1999.

- _____. “Quine on the Nature of Mind: From Behaviorism to Anomalous Monism.” In: L.H. de A. Dutra, e C.A. Mortari, (orgs.). *Princípios. Seu Papel na Filosofia e nas Ciências*. Florianópolis: NEL, 2000.
- _____. “Mental Events and Properties.” In: A.O. Cupani, C.A. Mortari, (orgs.). *Linguagem e Filosofia. Anais do Segundo Simpósio Internacional Princípios*. Florianópolis: NEL, 2001.
- _____. “Propositional Attitudes, Intentionality and Lawful Behaviors.” *Princípios* 7(1-2): 93-114, 2003.
- _____. “How Serious is Our Ontological Commitment to Events as Individuals?” *Princípios* 9(1-2): 43-71, 2005.
- EDDINGTON, A.S. [1928]. *The Nature of the Physical World*. New York: The Macmillan Co., 1948.
- GARDNER, H. *The Mind's New Science*. New York: Basic Books, 1985.
- JAMES, W. *Essays in Radical Empiricism*. Boston: Longmans, Green & Co., 1912.
- PINKER, S. *How the Mind Works*. New York/London: W. W. Norton & Co., 1997.
- QUINE, W. v. O. 1953. “On What There Is.” *From a Logical Point of View*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- _____. *Word and Object*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1960.
- _____. *Ontological Relativity and Other Essays*. New York/London: Columbia University Press, 1969.
- _____. *The Roots of Reference*. La Salle, Ill.: Open Court, 1974.
- _____. *Ways of Paradox and Other Essays*. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 1976.

- RACHLIN, H. *Judgment, Decision, and Choice. A Cognitive/Behavioral Synthesis*. New York: W. H. Freeman & Co., 1989.
- _____. *Behavior and Mind. The Roots of Modern Psychology*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1994.
- RUSSELL, B. [1921]. *The Analysis of Mind*. London: Routledge, 1997.
- SKINNER, B.F. [1953]. *Science and Human Behavior*. New York: Macmillan, 1965.
- _____. *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.
- _____. [1974]. *About Behaviorism*. New York: Vintage, 1976.